ISSN 1983-9979
prolíngua

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO DA LÍNGUA NHEENGATU DO POVO BARÉ*

INTERCULTURAL EDUCATION AND LINGUISTIC PLANNING FOR THE BARÉ PEOPLE'S NHEENGATU LANGUAGE[1]

UMBUESAWA INTERCULTURAL YUMUKATURUSÁ TAPURUNGITASÁ YAÃ NHENGATU YENGA BARÉ TA KITIWARA[2]

Hellen Cristina Picanço Simas[3]

RESUMO: Este artigo visa apresentar as propostas de planejamento linguístico para implementação da política linguística de revitalização da língua nheengatu do povo Baré de Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas, Brasil. O referencial teórico são os estudos de Simas, Silva e Pereira (2022); Monteagudo (2011) para discussão de política linguística e Aline Cruz (2011) para apresentação do histórico de surgimento e expansão da língua nheengatu. A metodologia da pesquisa é da pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Os resultados apontam que as propostas de revitalização do nheengatu, considerando o contexto linguístico atual do povo Baré devem ser as seguintes: I) a inserção obrigatória do ensino-aprendizagem do Nheengatu nas escolas indígenas; II) a institucionalização da língua nativa no currículo de Linguagens por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs); III) a conscientização comunitária para desconstruir os traumas da colonização linguística, incentivando a transmissão intergeracional; IV) a formação de professores Baré, contemplando tanto a fluência quanto o conhecimento metalinguístico (fonética, morfologia e sintaxe) V) a produção de materiais didáticos contextualizados que reflitam a realidade e a cosmologia do povo Baré.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Nheengatu. Planejamento Linguístico. Povo Baré. Educação Escolar.

ABSTRACT: This article aims to present the proposals for linguistic planning for the implementation of the linguistic policy for the revitalization of the Nheengatu language of the Baré people of Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas, Brazil. The theoretical framework draws on the studies of Hellen Simas, Raynice Silva, and Regina Silva (2022); Henrique Monteagudo (2011) for discussions of language policy, and Aline Cruz (2011) for presenting the history of the emergence and expansion of the Nheengatu language. The research method is bibliographic research with a qualitative approach. The results indicate that the proposals for revitalizing Nheengatu, considering the current linguistic context of the Baré people, should be as follows: i) the mandatory inclusion of Nheengatu teaching and learning in Indigenous schools; ii) the institutionalization of the native language in the Languages curriculum through the Pedagogical Political Projects (PPPs); iii) community awareness to deconstruct the traumas of linguistic colonization, encouraging intergenerational transmission; iv) the training of Baré teachers, encompassing both fluency and metalinguistic knowledge (phonetics, morphology, and syntax); and v) the production of contextualized didactic materials that reflect the reality and cosmology of the Baré people.

KEYWORDS: Nheengatu language. Linguistic Planning. Baré people. School Education.

* Data de Submissão: 28.06.2026 – Data de Aceite: 30.08.2026 | DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2026v21n1.78970

[1] Pesquisa realizada com apoio de bolsa produtividade CNPq (2025-2027).

[2] Tradução em língua nheengatu.

[3] Docente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, india.parintintins@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9637-6587

ISSN 1983-9979
prolíngua

MAÃ REYUMBUÉ: kuá artigo uputari umukamé yaã proposta umukaturusá tapurungitasá umupinimaarã yaã política yeenga resewara yaã revitalização yeenga nheengatu Baré ta kitiwara yaã Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas, Brasil wara ta. Yaã referencial teórico umbuesawá Hellen Simas, Raynice Silva y Regina Silva (2022); Henrique Monteagudo (2011); yaã discussão política tapurangitasá y Aline Cruz (2011) tal mukaméarãma mayé u naséi y umusãi yaã yeenga nheengatu. Talmunhãsawa kuá pesquisa, yaã pesquisa umpiniwá ta kitiwara, yaã tal seruka waá abordagem qualitativa. Yaã talmuatiri waá tal mukameé propostas tal munpisasuarãma nheengatu, tal considerai waá yaã contexto yeenga kuíriwara baré ta kitiwara tem que urikú: I) umundeusara obrigatório waá tãbuesá waá nheengatu umbuesá ruka indígena ta kitiwara; II) tal mundeusawa yeenga indígena ta kitiwara yaã currículo yeengasá, Projetos políticos pedagógicos (PPPS) pitérupi; III) tal munhã arã yaã miratá tal mandwuári, ty arã tal mandwuári yaã ta sikié saá waá, kuximawara kariwa ta yeenga, kirinbá tal musasá arã, panhé miratá kuíri wara ta suparãma. IV) Ta umbué arã purãga umbuesá baré mira, tal kuntasai upé y tal kuá purãga panhé yaã sakagãga ta yeenga ta kitiwara (fonética, morfologia y sintaxe) y V) tal munhãarã ta material umpinimawaá ukuntari waã, umbeú waá, mayé ayntá uvivére y maá resé tau ruyári yaã Baré miratá.

YEENGA-UPYRAÍSAWA: Yeenga nheengatu. Uyumukaturusá tapurungitasá. Baré mira. Umbuesawa rukawara.

1 Introdução

O Brasil, desde a Constituição de 1988, reconheceu o direito dos povos indígenas ao uso de suas línguas nativas e de seus processos próprios de ensino-aprendizagem na escola indígena, como forma de assegurar a manutenção linguística da diversidade linguística do Brasil. Este feito é um marco de mudança da política linguística do Brasil até então adotada no país: a política linguística assimilacionista, que se materializava em práticas substituição linguística, ou seja, a língua indígena era mantida nas escolas somente até o aprendizado da língua portuguesa. Assim, paulatinamente a língua portuguesa ia substituindo os espaços de uso da língua indígena na vida dos falantes nativos dentro e fora da escola.

Com a garantia da Carta Magna de 1988, o Brasil assume compromisso com a política linguística de manutenção ou vitalização linguística. Política que objetiva revitalizar as línguas nativas que estão em processo de extinção (língua nheengatu, por exemplo) e/ou fortalecer e manter as línguas indígenas que ainda são bem faladas no país (língua tikuna, por exemplo). Porém, esta política linguística se restringiu ao contexto escolar das escolas indígenas, nas aldeias. Ela possibilitou o uso da língua indígena como língua de instrução nas escolas cujos alunos tivessem a língua indígena como primeira língua e como língua objeto de estudo nas escolas em que a língua indígena fosse a segunda língua.

Atualmente há 1.694.836 pessoas indígenas no Brasil e 295 línguas indígenas faladas no Brasil (IBGE, 2022), deste universo de línguas, elegemos a língua nheengatu como objeto de estudo para discutirmos como a política nacional em prol das línguas indígenas vem acontecendo entre o povo Baré, que possui alguns falantes da língua nheengatu. Pretende-se, por isso, neste trabalho: I) discutir sua origem e expansão; II) apresentar as ações em prol da revitalização da língua nheengatu entre os Baré de Santa Isabel do Rio Negro e III) apresentar propostas para o planejamento linguístico em prol da revitalização da língua em estudo.

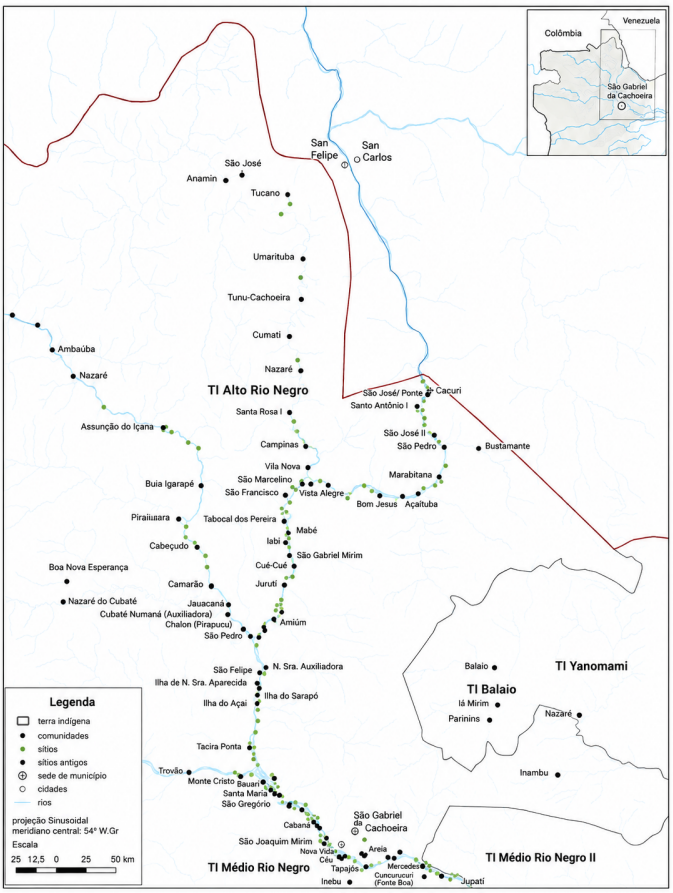
Espera-se que as propostas aqui apresentadas sejam incorporadas às ações de governo municipal de Santa Isabel do Rio Negro, ao governo do estado do Amazonas e do governo federal do Brasil. É necessário um planejamento linguístico envolvendo todas estas esferas de governo para o país dar mais um passo na implementação da política linguística para salvaguardar as línguas nativas do nosso país e toda a riqueza cultural que elas representam.

ISSN 1983-9979
prolíngua

2 Povo Baré: História do deslocamento linguístico da Língua Nheengatu e extinção da Língua Baré

O povo Baré habita a Venezuela e o Brasil, são 34.624 pessoas no Amazonas, segundo dados IBGE (2022). São originários do rio Xié no alto rio Negro, mas atualmente estão por várias cidades do rio Negro e possuem pequenas comunidades em seus afluentes. As migrações dos Baré iniciaram depois da implementação do diretório do índio, em 1729, por Pombal.

MAPA 1 - Mapa regional dos Baré do Alto Rio Negro



Fonte: Figueiredo (2016a, p. 83).

Os Baré se viram obrigados a migrarem: i) por um lado, eram forçados pelas companhas de descimentos, a se mudarem para o Baixo e Médio Rio Negro e ii) por outro lado, a migração se intensificou quando os internatos salesianos de Pari Cachoeira, no Tiquié; e de Iauareté e Taracuá, no rio Uaupés; de Assunção, no rio Içana, dentre outros na região entre Santa Isabel do Rio Negro e de São Gabriel da Cachoeira foram fechados no período de 1984 a 1987 (Lima, 2018). A presença dos Baré no município de Santa Isabel do Rio Negro (SIRN), Amazonas, é fruto desta migração. Santa Isabel do Rio Negro/AM possui 96,17% de população declarada indígena na proporção de pessoas residente no município (IBGE, 2022).

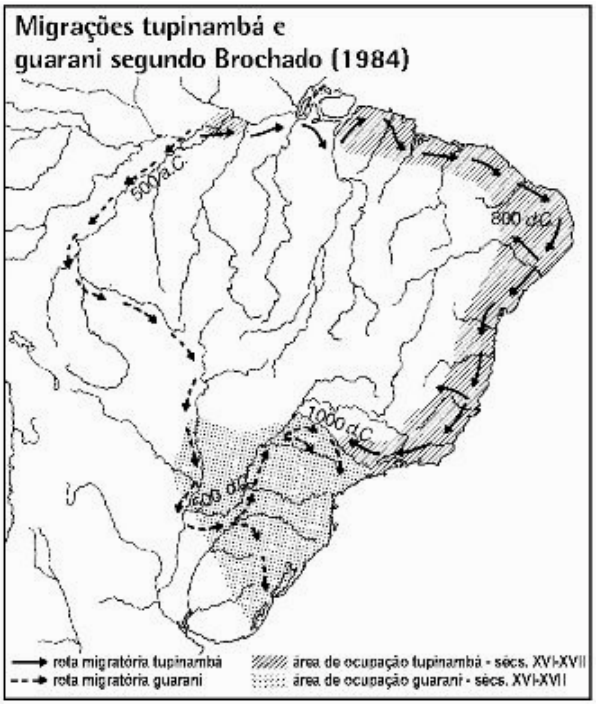
ISSN 1983-9979
prolíngua

2.1 A primeira mudança linguística dos Baré: de falantes da língua baré a falantes da língua nheengatu e depois a falantes de português

A língua nheengatu faz parte da família linguística tupi-guarani meridional, ramo III, pertencente ao tronco Tupi. Esta língua se origina da língua tupinambá, falada, no século XVI, por povos habitantes da costa brasileira (Cruz, 2011). A língua nheengatu começou a ser formada no século XVI, quando a administração das colônias tanto da América Espanhola quanto da América Portuguesa decide enfrentar o contexto de diversidade linguística existente na região (Cruz, 2011). A administração elege a língua nheengatu, falada por povos indígenas para funcionar como a língua de comunicação entre eles, ou seja, língua franca, papel que hoje o inglês tem no mundo.

Antes do nheengatu ser língua geral, a língua tupinambá exerceu este papel no século XVI, a acepção para língua geral, neste momento, histórico, era de língua falada em uma grande extensão territorial: "foi uma língua falada em toda a costa do Brasil, desde a confluência do rio Amazonas com o oceano Atlântico até o Sul do estado de São Paulo, no século XVI" (Métraux, 1948, p. 95)

Imagem 1: Mapa da área que os falantes de tupinambá ocupavam nos séculos XVI-XVII



Fonte: Costa, 2017, p. 1.

A língua tupinambá teve expansão pela região amazônica no período de colonização da Amazônia, segundo Bessa Freire, 2004, 57:

> A língua tupinambá acabou [...] exercendo a função inicial de língua de comunicação entre os portugueses e os diferentes povos tupis da região, tornando-se ainda, paulatinamente, a língua materna dos mestiços, filhos de pais europeus e mães indígenas.

A língua geral teve papel importante na transformação das relações dos indígenas com os colonos, a partir do momento que o indígena falante de outra língua passava a se comunicar

em língua geral, os colonos tinham a possibilidade de se comunicarem com eles por meio desta língua funcional e conseguirem sua colaboração para os trabalhos de guia, agricultores, intérpretes etc. Assim, pode-se afirmar que os indígenas que passavam a falar a língua geral estavam mais integrados ao projeto de colonização da região, colonização que foi também linguística, pois muitos povos deixaram de falar sua língua indígena para falarem o tupinambá. Esta mudança linguística dos povos da região servia como controle linguístico da diversidade, logo muitas línguas nativas morreram em decorrência do abandono delas para uso da língua geral, ou seja, primeiramente não foi a língua portuguesa que exerceu este papel de fazer a substituição linguística acontecer, foi a própria língua indígena tupinambá e mais tarde o nheengatu exerceu esta função.

Somente em 1757, por meio da carta régia – Diretório dos Índios, o Marquês de Pombal proibiu o uso da língua tupinambá:

> Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que consquistaraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idiôma, por ser indisputavel, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se intoduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radîca tambem o affecto, a veneraçaõ, e a obediencia ao mesmo Principe. (...) será hum dos principáes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçoens o uso da Lingua Portugueza, naõ consentindo de modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucçaõ nesta materia, usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recõmendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observáraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado (Directorio, p. 3-4, cap. 6).

O objetivo era fortalecer o uso da língua portuguesa na região, pois a Coroa Espanhola estava em guerra com a Coroa Portuguesa e queria se apossar da região. Então, a Coroa Portuguesa queria mostrar que já tinha dominado a região, inclusive linguística com a língua portuguesa pelos habitantes nativos. Devido a esta proibição de uso da língua tupinambá, ela, com o passar dos anos, foi deixando de ser falada e devido ao contato com outras línguas indígenas, principalmente com as línguas dos povos Baré, Baniwa e Werekena, passou a ter mudanças estruturais a ponto de tornar-se uma nova língua: a nheengatu.

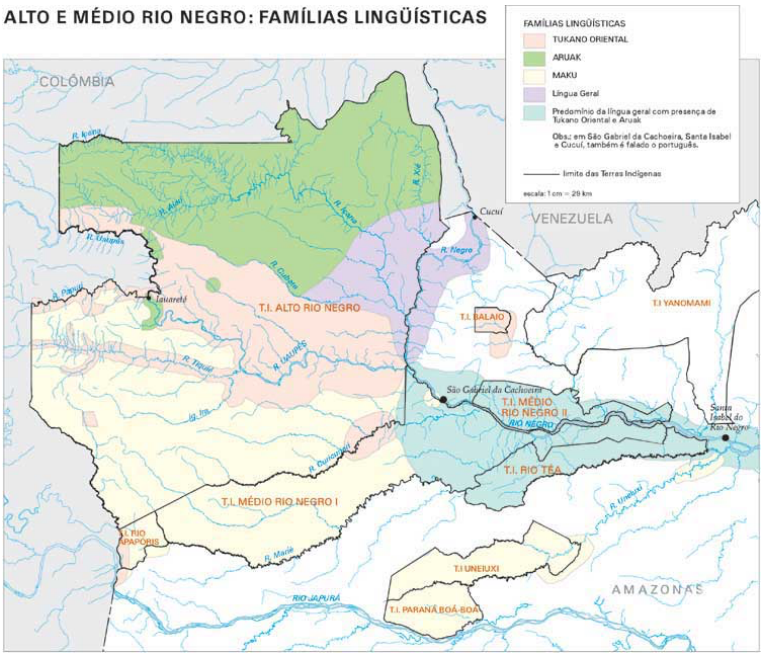
Há registro que, no século XIX, o nheengatu já exercia plenamente o papel de língua geral, sendo fundamental no comércio, mas, em comparação com o número de falantes da língua geral tupinambá, o nheengatu tinha menos falantes, pois a língua portuguesa ganhava muito espaço no processo de colonização linguística.

Até o século XIX, a língua nheengatu ainda era majoritária, só a partir do século XX, ela começa a deixar de ser usada (Cruz, 2011). Esta língua foi falada no baixo e alto rio Amazonas, além de se ter registro dela nos Solimões, Juruá, Negro, Tapajós e baixo Tocantins (Felix, 2002).

No Alto Rio Negro, a língua nheengatu chega somente no século XIX, quando as expedições de descimento começaram a atuar na região, ou seja, expedições que tinham o objetivo de convencer os indígenas a irem (descerem) para as aldeias de repartição, onde seriam "amansados" e repartidos entre colonos e missionários, por exemplo. Até este século, a língua manao era a mais falada na região e havia diversas línguas nativas ali também, como, por exemplo, a língua baré, da família aruak.

ISSN 1983-9979
prolíngua

Imagem 2: Mapa de localização das famílias linguísticas do Alto e Médio Rio Negro



Fonte: Socioambiental, 2024.

Uma das causas da expansão da língua nheengatu foi o fato de muitos indígenas falantes de nheengatu retornarem às aldeias no Alto rio Negro depois de fugirem das aldeias de missões de Belém e São Luís. Eles levavam consigo a língua nheengatu aprendida quando em cativeiro. Muitos destes nativos, bilíngues em nheengatu e em sua língua nativa, ao se casarem com falante de nheengatu, repassaram aos seus filhos somente o nheengatu: "Os filhos desses casamentos entre indígenas das etnias Baré, Baniwa e Warekena (Arawak do Norte) e caboclas adquiriram a língua das mães" (Cruz, 2011, p. 14). Nesse período, a língua nheengatu era aprendida como segunda língua pelos adultos e como primeira língua pelas crianças.

Segundo Figueiredo (2009, p. 34), "até o século XX, ainda era possível encontrar falantes do baré no médio e no alto rio Negro". Todavia, a diminuição do número de falantes da língua baré era notável, pois o avanço colonial, a escravização dos Baré e a inserção deles na economia extrativista, incentivou o deslocamento linguístico que veio a culminar com o processo de missionarização. Ele teve papel decisivo para os Baré abandonarem a sua língua.

O povo Baré passou pelo processo de substituição linguística duas vezes. Primeiro língua nativa baré foi substituída pela língua nheengatu a partir do século XIX: "No médio Rio Negro, o Nheengatú já havia substituído o Baré e, por isso, as relações entre patrões e fregueses ocorriam em Nheengatú" (Cruz, 2011, p. 15). Sobre isso, Paulo Maia Figueiredo (2009) destaca:

> [...] o nheengatu foi tomado ou levado, com o tempo, pelos próprios índios do rio Negro, a se tornar um dispositivo de subjetivação indígena e um diacrítico importante da identidade dos Baré, que hoje se esforçam para manter a sua singularidade, dando continuidade a um processo incessante de resistência aos inúmeros mecanismos de destruição cultural, de sujeição política e de exclusão social, como recorda Viveiros de Castro, processos de desindianização promovidos pela catequização, pela missionarização, pela modernização e pela cidadanização (2008d, p. 147).

ISSN 1983-9979
prolíngua

O deslocamento linguístico com este povo aconteceu, portanto, da língua baré para a língua nheengatu e da língua nheengatu para a língua portuguesa (Baré→ nheengatu → português).

3 Política Linguística: ações de revitalização da Língua Nheengatu implementadas no Amazonas

Uma ação para revitalizar a língua nheengatu foi a sua cooficialização no município de São Gabriel da Cachoeira (SGC), AM, por meio da Lei 145/2002. Esta lei cooficializou também as línguas tukano e baniwa. O município cooficializou também a língua yanomami:

Imagem 3: Estado e línguas indígenas cooficializadas no Brasil



Fonte: Repositório Brasileiro de Legislação Linguística (RBLL/IPOLL, 2026).

O município de São Gabriel da Cachoeira (SGC) é o segundo município com maior população indígena do Brasil, tem 48.256 pessoas indígenas (IBGE, 2022). Fica atrás somente da capital do estado do Amazonas, que possui 71 713 pessoas indígenas (IBGE, 2022). No município, há 23 povos indígenas falantes de 23 línguas nativas (IBGE, 2022).

Imagem 4: Distribuição das línguas em SGC por bairros

	L.Portuguesa	Tukano	Nheengatu	Wanano	L. Espanhola	Piratapuya	Tuyuka	Baniwa	Desano
Tiririca/São Jorge	50%	30%	20%						
Boa Esperança	50%	10%	40%						
Graciliano Gonçalves	50%	10%	40%						
Padre Cícero	40%	30%	30%						
Miguel Quirino	43%	35%	20%	1%	1%				
Centro	47%	20%	30%	2%	1%				
Fortaleza	50%	15%	35%						
Nova Esperança	48%	25%	25%			1%	1%		
Praia	41%	27%	27%	1%	1%	1%		1%	1%
Dabaru	40%	24%	34%		1%			1%	
Areal	45%	25%	25%	1%	1%	1%		1%	1%
Tiago Montalvo	40%	28%	29%		1%		1%	1%	

Fonte: Gomes (2013)

ISSN 1983-9979
prolíngua

Observa-se que o nheengatu é a segunda língua mais falada no município de SGC, o que, provavelmente, levou à cooficialização da língua nesta cidade. Ao se cooficializar uma língua, espera-se que o governo crie ações para colocá-la nos vários contextos da sociedade, como escola, repartições públicas, hospitais, comércio etc. Especificamente, espera-se que médicos, professores e demais profissionais passem a falar, compreender, escrever e ler na língua cooficial para atenderem ao público falante da língua.

Outra ação da política linguística em prol da revitalização da língua nheengatu foi a Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, turma Nheengatu, 2014, criada pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Duas turmas foram formadas: turma Nheengatu: para os falantes de língua Nheengatu, realizada na comunidade indígena de Cucui (Centro dos Saberes do polo de Cucui), na calha do rio Negro e turma Nheengatu: 40 vagas realizada na comunidade de Cartucho, rio Negro, terra Indígena Médio Rio Negro I, para falantes da língua Nheengatu no município de Santa Isabel do Rio Negro.

Por fim, em 2023, o Estado Amazonas, por meio da Lei Estadual n.º 6.303/2023 - Cooficialização e de Instituição da Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas, instituiu 16 línguas indígenas (Português, Apurinã, Baniwa, Dessana, Kanamari, Marubo, Matis, Matses, Mawe, Mura, Nheengatu, Tariana, Tikuna, Tukano, Waiwai, Waimiri e Yanomami) como patrimônio imaterial e línguas oficiais em todo o estado do Amazonas. Entre elas, o nheengatu.

Para estas ações terem êxito e as leis em prol das línguas indígenas, como a de cooficialização de línguas indígenas, não se tornem letras mortas, o planejamento precisa ir além do decreto.

4 Propostas de ações de Planejamento Linguístico frente aos desafios de revitalização linguística

> O planejamento é uma atividade humana decorrente da necessidade de encontrar uma solução para um problema. Ele pode ser completamente informal e ad hoc, mas pode também ser organizado e deliberado. Pode ser executado por indivíduos particulares ou ser oficial (...) Se o planejamento for bem feito, ele compreenderá etapas tais como a pesquisa extensa de dados, a escolha de planos de ações alternativos, a tomada de decisões e sua aplicação (Haugen *apud* Calvet, 2007, p. 21).

Muito importante dentro do planejamento linguístico são as atitudes linguísticas dos falantes, pois determinam a mudança na situação atual de uma língua para outra. Por exemplo, se o falante de nheengatu não valoriza sua língua e, por isso, não a transmite a seus filhos, sua atitude linguística está determinando a mudança do uso como língua materna da língua nheengatu para a língua portuguesa. Exemplo, de atitudes negativas à transmissão da língua nheengatu pode ser observado em nossa pesquisa sobre a língua nheengatu da comunidade linguística de estudantes da licenciatura em Letras/Ufam de Santa Isabel do Rio Negro. De acordo com a análise dos dados deste estudo fundamentado na metodologia da UNESCO (2016), a língua nheengatu está **severamente ameaçada**[4], pois, na amostra de 34 pessoas declaradas Baré, somente 2 falam ainda o nheengatu (faixa etária de 40 a 55 anos) e 1 (faixa

[4] Fora de perigo - A língua é falada por todas as gerações; transmissão intergeracional e ininterrupta; vulnerável - A maioria das crianças fala a língua, mas pode ser restrita a certos domínios (casa, cerimônias); definitivamente em perigo - As crianças já não aprendem a língua como língua materna em casa; severamente ameaçada - A língua é falada por avós e gerações mais velhas, enquanto as gerações mais novas não falam entre si. Há uma descontinuidade; criticamente em perigo - Somente alguns falantes mais idosos falam parcialmente e com pouca frequência; Extinta - Não há falantes (UNESCO, 2016).

etária de 40 a 55 anos) só compreende a língua nheengatu, não consegue mais falar o nheengatu. Os Baré monolíngues em português (92,2%) relataram que seus pais não o ensinaram a língua porque queriam um futuro melhor para eles e acreditavam que a língua portuguesa lhe ajudaria isso, por isso já podemos falar em descontinuidade na transmissão intergeracional.

Diante desta situação, propostas, em três âmbitos, são necessárias para efetivação de uma política de revitalização linguística da língua nheengatu no contexto linguístico das escolas de Santa Isabel do Rio Negro, a saber:

No campo do Planejamento de *status* **(**Robert L. Cooper, 1989)::

1. Implementação curricular da língua Nheengatu: Promover a inserção do ensino-aprendizagem da língua Nheengatu nas escolas indígenas de São Gabriel da Cachoeira (SIRN), assegurando a efetivação do direito constitucional à educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, cuja concretização ainda enfrenta desafios relacionados à ausência de reivindicações institucionais, de estrutura adequada e de condições pedagógicas para sua implementação.

2. Institucionalização da língua Nheengatu nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs): Assegurar que os Projetos Político-Pedagógicos das escolas indígenas, atualmente em processo de elaboração, contemplem formalmente a língua Nheengatu no currículo da área de Linguagens, estabelecendo diretrizes para seu ensino, valorização, fortalecimento e transmissão às novas gerações.

Os PPPs das escolas da região estão ainda em fase de elaboração, porém relatos de professores que atuam nas escolas indígenas afirmam que não tem previsão de a língua nheengatu ser inserida no citado documento. Essa barreira curricular reflete o panorama denunciado por Simas, Silva e Pereira (2022), ao apontarem que a institucionalização de línguas nas escolas põe em evidência as razões pelas quais a política linguística nacional falha em avançar. Sem essa previsão no documento escolar, o direito de uso do idioma continua invisibilizado na prática.

No campo do Planejamento de *aquisição* **(**Robert L. Cooper, 1989):

Conscientização Comunitária: Promover oficinas e palestras que visem desconstruir os traumas da colonização linguística. É preciso demonstrar que o bilinguismo é um ganho cognitivo e cultural, e não um empecilho ao desenvolvimento social.

Devido ao processo de repressão ao uso das línguas indígenas, ainda hoje muitos indígenas Baré não querem que seus filhos aprendam a língua nheengatu para que não sofram o que eles sofreram durante o processo de colonização linguística. A política linguística do país mudou, mas na prática os indígenas ainda recebem muitos preconceitos, dentre eles o linguístico por falarem a língua indígena, este fator os incentiva a só ensinarem o português aos mais novos;

Formação Docente Especializada: O aprendizado da língua pelos professores deve focar tanto na fluência quanto no conhecimento metalinguístico (fonética, morfologia e sintaxe). Além disso, é urgente a formação em Metodologia de Ensino de Segunda Língua (L2), visto que o público-alvo é majoritariamente monolíngue em português.

A formação em língua nheengatu dos novos professores licenciados é fundamental para os profissionais serem atores no processo de implementação do ensino-aprendizagem na língua nheengatu em sala de aula. Por um lado, a formação precisa acontecer do ponto de vista de formar novos falantes de nheengatu ou fortalecer a língua naqueles que são apenas lembrantes[5] desta. Por outro lado, os cursos de formação devem ser na área de fonética, fonologia, morfologia e sintaxe da língua nheengatu para os profissionais conhecerem a língua do ponto

[5] Pessoas que não falam o nheengatu, mas lembram de como a língua era falada pelos pais, avós etc.

de vista da estrutura e não confundirem repertório de fonemas da língua nheengatu e portuguesa, por exemplo. Outro curso de formação importante é de metodologias de ensino de língua como segunda língua – L2, uma vez que ensinar a língua indígena na situação linguística em que os alunos serão monolíngues em português requer metodologia diferente da usada com falantes nativos de nheengatu.

Pensar a formação de educadores no contexto amazônico exige romper com propostas pedagógicas homogeneizadoras, demandando currículos que nasçam da sensibilidade territorial e das reais necessidades sociolinguísticas das comunidades originárias (Simas, 2018). Assim, a capacitação dos professores em Santa Isabel do Rio Negro ganha sentido quando articulada às realidades locais.

No campo do Planejamento de *corpus* **(**Robert L. Cooper, 1989):

Por fim, é importante o **Desenvolvimento de livro didático especializado e em Nheengatu:** A produção de livros didáticos específicos e na língua Nheengatu — abrangendo os diferentes componentes curriculares — constitui uma dimensão crucial do planejamento linguístico de *corpus* (produção de materiais). Por meio dessa ação, fomenta-se o letramento na língua indígena e garante-se uma educação intercultural que valoriza a realidade e os saberes do povo Baré, consolidando as diretrizes político-linguísticas no cotidiano (chão) da escola.

É importante lembrar que ações de política linguística podem ser impulsionadas por instâncias do poder político e administrativo 'de cima para baixo' (*top-down*) e a partir da sociedade civil e das comunidades de falantes 'de baixo para cima' (*bottom-up*) (Monteagudo, 2011), mas a sobrevivência da língua é muito mais resultado do valor e do uso da língua realizado pelos membros da comunidade linguística, conforme destaca Henrique Monteagudo (2011, p. 35):

> A experiência histórica demonstra que uma política linguística de sucesso exige a articulação e o equilíbrio entre a iniciativa institucional e a ativação social, pois as leis não são suficientes para garantir a sobrevivência de uma língua se não houver uma acepção de seu valor por parte da comunidade.

Diante disso, torna-se indispensável, portanto, conectar a instância institucional à realidade prática dos falantes para acontecer a Retomada Linguística e o protagonismo dos povos originários na formulação de suas próprias políticas (Meirelles, Rubim, Bomfim, 2022).

5 Considerações Finais

O povo Baré vivenciou historicamente um duplo processo de deslocamento linguístico: inicialmente, a transição de falantes do idioma Baré para o Nheengatu e, posteriormente, a substituição deste pela língua portuguesa. Esse percurso culminou em um cenário contemporâneo no qual a vasta maioria da população local é monolíngue em português. Como consequência desse violento processo colonial, a língua Baré foi silenciada, enquanto o Nheengatu enfrenta hoje um severo processo de retração e abandono.

Embora os avanços legislativos de cooficialização do Nheengatu em nível municipal (em São Gabriel da Cachoeira) e estadual (no Amazonas) representem conquistas jurídicas inegáveis, a garantia legal não se traduz automaticamente em vitalidade comunicativa. Torna-se imperativo o protagonismo dos povos indígenas na formulação e execução de suas próprias políticas linguísticas, transformando o direito formal em prática cotidiana.

A partir das demandas apontadas pelos docentes Baré em formação, desenham-se as diretrizes urgentes para a efetiva retomada e revitalização do idioma em Santa Isabel do Rio Negro (SIRN). Essas ações estruturantes compreendem: i) a inserção obrigatória do ensino-

aprendizagem do Nheengatu nas escolas indígenas; ii) a institucionalização da língua nativa no currículo de Linguagens por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs); iii) a conscientização comunitária para desconstruir os traumas da colonização linguística, incentivando a transmissão intergeracional; iv) a formação de professores Baré, contemplando tanto a fluência quanto o conhecimento metalinguístico (fonética, morfologia e sintaxe); e v) a produção de materiais didáticos contextualizados que reflitam a realidade e a cosmologia do povo Baré.

Conclui-se que tais ações de planejamento linguístico são fundamentais para sanar as lacunas históricas que hoje ameaçam a salvaguarda do Nheengatu. Somente por meio de uma educação intercultural engajada e de uma planificação que pulse no chão da escola será possível garantir a vitalidade desse patrimônio imaterial, impedindo que o Nheengatu tenha o mesmo destino de silenciamento imposto à língua Baré.

Referências

BRASIL. **Diretório dos Índios**. Biblioteca Digital. Câmara dos Deputados. Acessado em 29 de jul. 2014. Online. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1929

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola, IPOL, 2007

COSTA, Fernando. **Nativo à margem de um rio chamado Atlântico**. Disponível em: https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2017/01/13/nativos-as-margens-de-um-rio-chamado-atlantico/. Acesso em: 28.01.2024.

COOPER, Robert L. **Language planning and social change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CRUZ, Aline. **Fonologia e Gramática do Nheengatú**: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa. 2011. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Vrije Universiteit, Amsterdam, 2011.

FELIX, Maria Ivanete de Santana. 2002. **A Língua Geral Amazônica**: Contribuição para o estudo de suas variedades dialetais faladas ao longo do Rio Amazonas e seus tributários no século XIX. Belém: Dissertação de Mestrado, UFPA.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/component/rsfiles/download-file/files.html?path=novoportal%252FTemporario%252FEdital%2B202109%252Fedital_2021_09_ACM_ACS_apostila.pdf&Itemid=6702. Acesso em 28.01.2024.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGUÍSTICA-IPOL. Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros. Disponível em: http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/ Acesso em: 28.01.2024.

FIGUEIREDO, Paulo Maia. **Desequilibrando o convencional**: estética e ritual com os Baré do alto rio Negro (AM). 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

MEIRELLES, Sâmela Ramos da Silva; RUBIM, Altaci Corrêa; BOMFIM, Anari Braz. Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 142-163, 2022.

MÉTRAUX, Alfred. The Tupinamba. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South American Indians.** Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1948.

MONTEAGUDO, Henrique. Política e planejamento linguístico: uma perspectiva histórica e metodológica. *In*: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs.). **Políticas da Linguagem no Mundo Lusófono**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 27-52.

SIMAS, Hellen Cristina Picanço. Práticas pedagógicas e formação de professores: desafios e perspectivas no cenário amazônico. *In*: VALE, J. M. (Org.). **Educação e Realidade Amazônica: múltiplos olhares**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (Edua), **2018**. p. 45-63.

SIMAS, Hellen Cristina Picanço; SILVA, Raynice Geraldine Pereira da; PEREIRA, Regina Celi Mendes. **Política linguística nas escolas Yanomami e Potiguara**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022.

SOCIOAMBIENTAL. **Mapa Alto e Médio rio Negro**: famílias linguísticas. Disponível em: https://img.socioambiental.org/main.php?g2_view=core.DownloadItem&g2_itemId=320214. Acesso em: 28.01.2024.

UNESCO. **Atlas UNESCO de las Lenguas del Mundo en Peligro**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189453. Acesso em: 28.01.2024